

Instituição e intervenção institucional: percurso conceitual e percalços metodológicos

Institution and institutional intervention: conceptual path and methodological issues

Simone Mainieri Paulon

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO:

O artigo problematiza o conceito de instituição a partir da proposição deleuziana de que os conceitos com alto grau de 'porosidade' viabilizam múltiplas formas de com eles operar. Persegue as variações compreensivas que este conceito vai assumindo nas diferentes correntes do movimento institucionalista francês. Percorre, para isso, brevemente, as condições históricas que resultaram nas elaborações teóricas de cada uma das principais correntes do movimento para delinear os efeitos metodológicos por elas produzidos. O artigo se encerra com a apresentação, em quadros comparativos, de conceitos-chave que sintetizam as nuances diferenciais entre cada uma das cinco correntes abordadas: a psicossociologia, a pedagogia institucional, a psicoterapia institucional, a análise institucional e a esquizoanálise.

Palavras-chave: instituição; movimento institucionalista francês; análise institucional; esquizoanálise

ABSTRACT:

The article discusses the concept of institution, from the proposition of Deleuze that the concepts with a high degree of 'porosity' enable multiple ways to operate with them. Pursue comprehensive changes that this concept takes on the different strands of French institutionalist movement. Cycles for this, briefly, the historical conditions that led to the theoretical elaborations of each of the main currents of the movement to delineate the effects of these methodological follows. The article ends with the presentation in comparative tables of key concepts that summarize the nuanced differences between each of the five strands addressed: psychosociology, institutional pedagogy, institutional psychotherapy, institutional analysis and schizoanalysis.

Key-words: institution ; french institutionalist movement; institutional analysis; schizoanalysis.

As inúmeras abordagens, teorizações, práticas ou mesmo disciplinas, resultantes das diferentes conotações que o conceito de Instituição já assumiu, podem ser interpretadas como imprecisões oriundas de um conceito por demais confuso para se fazer útil no panorama científico.

A aposta deleuziana nos conceitos “porosos” levaria a conclusões bem diversas. Para o autor, são justamente as inúmeras interpretações possíveis que conferem importância e riqueza às imprecisões conceituais. Ao entender as conexões viabilizadas por um conceito como aquilo que permite múltiplas possibilidades de operá-lo, se evidencia o quanto se tem a ganhar com as investigações acerca de conceitos polêmicos (DELEUZE, 1972).

Um extenso percurso realizado por “teóricos da Instituição” – entre as diferentes disciplinas que já se ocuparam de alguma forma com a questão institucional – atesta que, nesta área, à pluralidade das visões conceituais correspondem divergências, não menos múltiplas, nas práticas com a subjetividade.

Entre elas, a moderna sociologia de Durkheim alargaria a noção de instituição até o início do século XX, estreitamente associada a princípios universalistas do direito objetivo, concebendo-a como *fato social*. Na articulação com as noções de coação social, solidariedade e divisão do trabalho, o conceito de instituição se ampliaria irreversivelmente. Marcada pelo prenúncio de derrocada do marxismo, a sociologia positivista atravessa o século XX em pleno afã triunfalista e intervencionista, o que justifica a proposição feita por Durkheim de definir a própria sociologia como “ciência das instituições sociais”. É Lourau (1995) quem anuncia os limites dessa visão:

Como Marx, Durkheim vê que a instituição de novas formas sociais (a fábrica, a usina) modifica a relação entre instituições anteriores e a relação que o indivíduo mantinha com essas instituições. Mas se Marx conclui daí que as instituições não são senão máscaras das relações sociais reais, Durkheim continua a pensar que elas encarnam sempre a norma. Seu universalismo impede-o de relativizar estes corpos de regras que são as instituições (p. 107).

Entretanto, após anos dedicados à comprovação de que o conceito de instituição possibilitaria uma necessária síntese das ciências sociais, o mesmo campo de conhecimentos concluiria: “Atualmente os sociólogos americanos usam e abusam deste termo com alarmante profusão e falta de clareza... Compreender-se-á que a sociologia contemporânea tenha tudo a ganhar desembaraçando-se do conceito de instituição” (GURVITCH, *apud* LAPASSADE, 1983:70). O que este artigo se propõe a demonstrar caminha justo em sentido oposto: que a psicologia contemporânea, entre outras ciências da subjetividade, teria tudo a ganhar não só se evitasse desembaraçar-se do conceito de instituição, mas, mais do que isso, na medida em que procurasse se instrumentar com ele, explorando seu alto *quantum* de transversalidade.

A intenção que aqui se anuncia é a de situar o terreno teórico e histórico que fez florescerem práticas institucionais, e não tanto por pretensões de detalhar filosófica ou conceitualmente um tema pesquisado por obras e autores já consagrados¹. O interesse, antes, é o de elaborar uma espécie de diagrama² dessas práticas, já que, ancorando-nos na idéia deleuziana de porosidade, à abertura da

concepção de instituição pode corresponder a invenção de formas singulares de operar analiticamente com este conceito.

Arando um solo conceitual

Dentre os diferentes sistemas de referência que permitem caracterizar um longo percurso de estudos do conceito de instituição, Lapassade (1993) distingue três fases: a jurídico-política, na qual instituição é sinônimo de sistema de leis e normas que regem a sociedade; a sociológica, que, a partir de Durkheim, considera as instituições o objeto quase exclusivo de seu conhecimento; e a estruturalista, que faz convergir concepções da psiquiatria, da pedagogia e da psicossociologia. Já Lourau (1995) equipara a posição sociológica à jurídica e considera a corrente fenomenológica como um segundo sistema referente ao estudo das instituições.

Frente ao trânsito pela filosofia, direito, sociologia, psicologia, antropologia – e com nuances não menos diversas dentro de cada uma dessas áreas de estudo –, o que parece inegável é que a complexidade da relação subjetividade-instituições demanda olhares que não podem ficar restritos a um ou outro campo específico de saber.

Quem parece ter constatado isto – não sem antes se debruçar com a usual persistência dedicada às questões de difícil resposta – é o próprio Freud. Pelo menos desde *Totem e tabu*³, Freud (1981 [1912]) já apontava a relação entre individualidade e sociabilidade como uma questão tão problemática quanto crucial aos avanços da psicanálise. Embora o conceito de instituição não figure entre os termos fundamentais apresentados pela obra freudiana, seu método filogenético, além das várias obras consideradas culturais indicam, por si só, a especial atenção por ele dada ao modo pelo qual as estruturas sociais concorrem na constituição da subjetividade: “longe de ‘aplicar’ seus conceitos a campos que lhe seriam ‘exteriores’, Freud utiliza as análises ‘culturais’ para refinar estes próprios conceitos; e o resultado da operação é mostrar que, em sua esfera própria, cada uma dessas formações culturais apresenta os mesmos elementos e estrutura fundamentais [do psiquismo individual]” (MEZAN, 1990:220).

Na célebre introdução de *Psicologia das massas e análise do ego*, ao referir que toda a psicologia é, “ao mesmo tempo e desde o princípio”, uma psicologia social, Freud (1981 [1921]: 2563) parecia abordar e abandonar o problema a um só tempo. No mesmo parágrafo em que afirma não serem as duas disciplinas distintas, ele indica uma oposição entre processos autísticos ou narcisistas – objeto de estudo de uma psicologia individual – e as relações do indivíduo com seu pai, irmãos, ser amado ou médico – fenômenos sociais que teriam sido objeto de investigação psicanalítica até ali. Evitando problematizar o que atribuíra certa primazia do grupo familiar em relação aos demais grupos/instituições na produção de subjetividade, Freud privilegiou neste texto a

noção de ‘estrutura libidinal’, sem que a mesma chegasse a esclarecer devidamente a questão do vínculo social que o ocupou em tantos de seus textos.

A relação entre o psiquismo e os grupos e instituições foi abordada mais diretamente quando, ao trabalhar a segunda tópica, Freud (1981 [1921]) explica a articulação do indivíduo às massas através da separação entre eu e ideal do eu. A estrutura libidinal da massa implicaria, neste entendimento, uma renúncia do indivíduo a seu ideal do eu, em troca – não sem custos psíquicos, ele irá sublinhar – de um ideal coletivo. Freud chega – já neste texto e, portanto, antes mesmo de elaborar a tese do mal-estar – a referir a organização social como um peso intolerável ao indivíduo. Pela distância imputada entre a pulsão e seu objeto, as instituições podem ser entendidas como arma de dois gumes.

Em uma rara referência ao termo instituição, Freud utiliza-se do exemplo da festa para explicar o mecanismo de estruturação do ideal:

Apesar de todas as privações e restrições impostas ao indivíduo, a violação periódica das proibições por toda a parte constitui a regra, e temos a prova disso na instituição das festas que, a princípio, eram apenas períodos durante os quais os excessos eram valorizados pela lei, o que explica a alegria que os caracterizava. [...] Ora, como o ideal do eu compreende a soma de todas as restrições a que o indivíduo está obrigado a se curvar, o regresso do ideal ao eu, sua reconciliação com o eu deve equivaler, para o indivíduo que readquire assim o consentimento de si mesmo, a uma festa magnífica (FREUD, 1981 [1921]: 2591, grifo nosso).

Aqui parece destacar-se tanto a preocupação pontual do autor em relação à constituição dos vínculos sociais quanto sua imprecisão, de certa forma mantida na duplicidade do vínculo libidinal, separado entre um eu e um não-eu – este não-eu, em sua natureza diferenciado e distanciado do eu, somente se apresenta como alvo de estudos “para além” da psicologia individual.

Alguns estudos pós-freudianos que se propõem a dar continuidade ao legado de seu mestre, ocupando-se de pensar a instituição no campo da Psicanálise acabam por ratificar a polarização entre indivíduo e sociedade presente em muitos trechos freudianos. No reconhecido trabalho “Realidade psíquica e sofrimento nas instituições”, por exemplo, René Kaës (1991) parte da premissa de que a dificuldade central para a instituição se constituir como objeto de pensamento está no fato de ela representar uma ferida narcísica adicional ao descobrimento do Inconsciente. O autor explica:

Aqui somos confrontados não apenas com a dificuldade de pensar aquilo que, por um lado, nos pensa e nos fala: a instituição nos precede, nos determina e nos inscreve nas suas malhas e nos seus discursos; mas com esse pensamento que destrói a ilusão centrada do nosso narcisismo secundário, descobrimos também que a instituição nos estrutura e que contraímos com ela relações que sustentam nossa identidade (KAËS, 1991:2).

Mas de que forma nos estrutura? Se entendermos que somos tão estruturados pelas instituições quanto as estruturamos por nossos desejos de vinculação social, este movimento de abandono da ilusão monocentrista descrito por Kaës, e que pressupõe duas unidades tão distintas e autônomas em suas existências, torna-se pouco esclarecedor, assim como a noção de identidade por ele utilizada.

Bauleo (1977) explora esta contradição ou lacuna do pensamento freudiano. Para este autor, Freud não só distingue campos disciplinares como também ordena processos mentais ao colocar certa anterioridade da psicologia social à individual, encerrando no primeiro termo todos os elementos problemáticos relativos ao surgimento da individualidade. Partindo disso, Bauleo levanta a tese de que a grupalidade remeteria a uma situação anterior à sociabilidade e individualidade, e conclui que a saída freudiana, sustentada no termo “psicologia social ou coletiva”, não enfrentou devidamente o problema.

Mantendo a disposição antes anunciada de não focarmos o presente estudo nas nuances conceituais, mas nos desdobramentos metodológicos que as compreensões de instituição podem promover, não prolongaremos a busca de um conceito psicanalítico de instituição. Trata-se, aqui, simplesmente de ressaltar aquilo que as problematizações freudianas ampliaram sobre o tema das relações do indivíduo com a cultura, avançando no ponto que ele mesmo promulgou como digno alvo para a psicanálise do futuro: “que um dia alguém se aventure na elaboração de uma patologia das comunidades culturais” (FREUD, 1981 [1929]: 3067).

Esta, entretanto, não parece ter sido uma preocupação menor do fundador da Psicanálise em relação aos destinos que seriam traçados no desenvolvimento de sua “criatura”. Mas também não é pouco significativo que à ampliação indelével que a introdução da noção de inconsciente traz à compreensão da subjetividade não corresponda, em iguais proporções, uma ampliação e aprofundamento das práticas analíticas dedicadas às instituições. Não raro as simplificações operadas por algumas correntes psicanalíticas ao abordarem a questão institucional representaram, inclusive, um reducionismo em relação aos esforços de Freud, que, depois de ter lançado a pergunta acerca do laço civilizatório a Fliess, deixou-a como um desafio à psicanálise futura.

O que se quer aqui assinalar é que há uma diferença importante entre abrir o conceito de instituição à descoberta do inconsciente e encaixar as teorias institucionais na lógica psicanalítica. No primeiro caso, trata-se de aprofundar a compreensão sobre a subjetividade para inventar formas outras de lidar com ela. No segundo, trata-se mais de criar uma área de “aplicação” de um corpo teórico já institucionalizado.

A crítica, neste sentido, dirige-se a boa parte das produções conceituais psicanalíticas que se ocuparam de estender para o campo institucional os ensinamentos do “Pai da Psicanálise” relativos à instituição familiar. Mas, frente à incansável pergunta que muitos psicanalistas contemporâneos ainda se fazem sobre as condições e legitimidade de aplicação da *praxis* psicanalítica ao campo social, deparamo-nos com a não menos repetitiva resposta: “Sob a condição de poder reduzir qualquer instituição à instituição familiar, que também pode ser ocasionalmente reduzida a uma personagem familiar” (VIDAL, 1991:154).

A título de ilustração dos efeitos a que este tipo de “encaixe teórico” pode levar, encontramos definições psicanalíticas da instituição como “espécie de pessoa que se alimentaria das pessoas que lhe são confiadas. [...] Assim, ela assume um lugar de todo-poderosa; ela se comporta como uma mãe de psicótico e, em nenhum momento o sujeito pode se desligar dela sem correr o risco de explodir” (LEFORT *apud* VIDAL, 1991:162). Ou, nas palavras do próprio René Kaës (1991): “Só nos tornamos seres falantes e desejantes porque ela [mãe-instituição] sustenta a designação do impossível” (p. 1).

Permissiva ou castradora, a tal mãe-instituição, assim concebida, parece mesmo é não deixar espaço para que se pense a vida social um pouco mais abrangente e múltipla do que aquilo que os “segredinhos sujos” do triângulo edípico, como ironizado por Guattari e Deleuze (s. d.), conseguem indicar.

Tratando “a instituição como problema de família” (VIDAL, 1991), a lenta aproximação da psicanálise à vida institucional parece ter ficado tributária de uma concepção estruturalista do inconsciente, que pode até oferecer uma leitura peculiar à problemática do enlace social, mas nem por isso mostra-se suficientemente abrangente da complexidade que ele envolve. O longo percurso, narrado por Lourau e Lapassade, para que o conceito de instituição se descolasse da visão com que inicialmente foi teorizado encerra-se, guardadas as nuances das duas narrativas históricas, no mesmo ponto: quando, através do estruturalismo, o inconsciente foi definitivamente incluído como categoria de análise nas teorias institucionais.

Ao final das inúmeras tentativas de superar as polarizações entre os mais amplos e os mais restritos usos do conceito, o que se tem, nas palavras de Lourau (1995), é um conceito “polissêmico, equívoco e problemático” que, oscilando entre o puramente instituído e instituinte, o permissivo e o repressivo, acaba se fazendo equivalente às duas faces do sinal que Saussure designa como significado e significante. Acaba, pelo mesmo motivo, instrumentalizando muito pouco aqueles que querem dele se ocupar.

Entretanto, é bom lembrar que os avanços propiciados pela compreensão de que há um importante trabalho simbólico, além do imaginário, implicado na constituição das instituições são, efetivamente, um mérito do estruturalismo, especialmente da antropologia cultural de Lévi-Strauss⁴.

Uma boa lembrança do quanto a história não anda “aos tropeços” encontra-se neste ponto em que o estruturalismo funcionou como uma espécie de denominador comum, promovendo o inusitado encontro entre uma exaltada esquerda européia em pleno movimento contracultural dos anos 1960 e a, até então, distante elite psicanalítica. O agenciamento entre a filosofia marxista e a psicanálise, produzido pelo convite de Althusser para que Lacan levasse seu seminário para a Escola Normal, representou um marco no processo de superação das históricas resistências dos movimentos políticos de esquerda a este campo de conhecimentos sobre a subjetividade.

Como salientam Barros e Passos (2000): “E se os ‘comitês de ação’, que tomaram para si a tarefa de ser a forma embrionária da ‘nova sociedade revolucionária’, pichavam slogans antipsicanalíticos e antiestruturalistas na Paris de 68, ao final do movimento se aceitava que cabia buscar explicação sobre o fracasso da revolução nas produções inconscientes da subjetividade” (p.8).

Assim, constata-se que as mesmas bases estruturalistas que restringiram ao campo do significativo a porosidade do conceito de instituição ajudaram a ampliá-lo irreversivelmente com as circunstâncias criadas pela invenção da psicanálise. Este paradoxo nos permite pensar que a própria psicanálise, ao transversalizar o conceito de instituição, possa ser ela mesma transversalizada se ampliarmos o olhar sobre o fenômeno inconsciente que, agora, sabemos constituinte da vida institucional. O conceito de transversalidade, que posteriormente será desenvolvido como um dos conceitos-chave da esquizoanálise, ajuda a precisar a crítica aos reducionismos proporcionados por uma certa leitura “psicanalítica” das instituições, na medida em que aponta para os limites de uma leitura dos fenômenos coletivos baseada exclusivamente na interpretação das verticalidades reunidas no grupo (referentes à história pessoal de cada um de seus integrantes) ou da horizontalidade que nele se construa (o “aqui e agora” do grupo).

Foram também as conexões entre as noções de inconsciente e instituição, promovidas pelo estruturalismo, que ajudaram a criar a forma conciliadora de um novo freudo-marxismo, oriundo dos movimentos sociais que ocorreram na França em meados do século XX. Daí emanaram intervenções institucionais de vanguarda, reunidas sob o genérico nome de “Movimento institucionalista”⁵, que merecerão, a partir daqui, maiores detalhamentos⁶.

Sem a pretensão de descrever um Movimento internacional de mais de meio século de produções e controvérsias neste limitado espaço, o que se propõe é um breve mapeamento (sintetizado nos quadros ao final) das proposições e divergências que caracterizaram as principais

correntes do institucionalismo, forjadas desde uma visão positivada do direito objetivo até a controversa inclusão da dimensão inconsciente no fenômeno institucional.

Das correntes precursoras à “brecha” francesa

As reservas impostas ao prazer excitam o prazer de viver sem reservas!
(Pichação dos muros de Paris em maio de 68)

As rupturas produzidas pelos acontecimentos de maio de 68 costumam ser referência da trajetória do Movimento institucionalista. De fato, a importância do “lapso” revolucionário desencadeado pelos estudantes parisienses naquela primavera européia tornou-o digno da denominação “*a brecha*”, atribuída por autores como Castoriadis, Lefort e Morin. Sem deixar de reconhecer o devido valor de tais acontecimentos à emergência do Movimento, há que se ressaltar a rede de regimes de verdade, práticas e subjetivação que deles fizeram um momento irruptor.

Defendendo uma história efetiva da Análise Institucional francesa, Heliana Conde Rodrigues (2000) alerta que os autores geralmente associados às práticas x ou y como fontes de significação “necessitam ser apreendidos na qualidade de elementos-e-atores de um presente, identificado a regimes de verdade, poder e subjetivação” (p.196). Alinhando-nos às críticas feitas pela autora, propomos-nos a acompanhar o percurso em que o conceito de instituição vai “passear” por entre diferentes correntes do movimento institucionalista francês, fazendo-nos acompanhar por autores-atores, acontecimentos-irrupções, datas-circunstâncias, de forma a adentrarmos em uma meada cujos fios abrem muitos caminhos e que não tem só uma entrada.

Os meandros dos anos 1960 gestam inúmeros acontecimentos que parecem refletir todos os “furos” que o conceito de instituição fizera aparecer: dissidências, grupos e tendências multiplicam-se e dividem-se numa estranha matemática, que viria a borrar, definitivamente, as fronteiras entre o pedagógico e o terapêutico, o social e o individual.

Olhemos, pois, um pouco melhor para estas heranças.

A Psicossociologia e os ensaios de corromper o instituído

À amplitude do termo referente a esta corrente corresponde uma proposta de intervenção institucional não menos abrangente. De inspiração assumidamente socialista, os primeiros teóricos que se propuseram a pensar uma metodologia de trabalho social, integrando os conhecimentos da subjetividade legados por Freud aos avanços da compreensão sociológica marxista, reuniram-se sob a genérica denominação de psicossociólogos.

Sob a égide de uma ideologia racionalizadora de organização científica do trabalho, a tarefa de reconstrução da Europa – no período que segue à II Guerra Mundial – congregava de pensadores a operários, impelidos por problemas agudos no plano social e econômico (habitação, alimentação, emprego) e impulsionados pela cooperação norte-americana⁷. Envolvendo todos num clima de modernização e democratização das relações, os engenheiros da produção viram-se carentes de especialistas em relações humanas. Isto criaria uma significativa demanda por uma concepção mais unitária de ciências humanas, que não excluísse os aportes freudo-marxistas, tão distantes, até então, dos bancos acadêmicos.

Entretanto, a cultura de desenvolvimento não aguardaria pacientemente o ritmo da formação oficial. Os aportes de psicanálise, marxismo e funcionalismo – até aí despregados da tradicional formação em psicologia e sociologia – integrariam uma diversidade de ações e pesquisas inovadoras, com o que passariam a compor um *savoir-faire* propício às demandas integradoras da época.

O clima de reconstrução predominante na Europa do pós-guerra demandava conhecimentos das ciências sociais que viessem a contribuir com a tarefa de liberação individual e coletiva. Os trabalhos de autores como Lewin, Moreno, Mayo e Rogers, da então profícua psicologia social norte-americana, viriam a calhar naquele contexto.

A intervenção psicossociológica dos anos 50, como apontado por Dubost e Levy (1987), seria caracterizada pela necessidade de convencer um público reticente da existência e relevância dos aspectos subjetivos para a tão lograda mudança social. Considerando-se que os então solicitantes de *experts* em relações humanas nas organizações de trabalho eram, naturalmente, pessoas bem posicionadas nas hierarquias de poder das mesmas, pode-se depreender o cunho ideológico de que se revestiam tais “mudanças”. Integração, coesão, liderança e democratização dos pequenos grupos tornar-se-iam palavras de ordem rapidamente adotadas pelos interventores institucionais, bem como o tema dileto de pesquisadores – principalmente dos norte-americanos. Paralelamente, a psicanálise produzia avanços culturais que tornavam cada vez mais difícil a desconsideração de uma dimensão não-racional dos fenômenos subjetivos.

Como apontam Barros e Passos (2000):

A força iconoclasta de Lacan (1966/1978), a partir dos anos 50, sobretudo seu antiamericanismo (na forma de seus ataques à Psicologia do Ego) e seu antiinstitucionalismo (na forma de suas lutas com as sociedades psicanalíticas) permitiram que o determinismo da concepção estruturalista de inconsciente fosse progressivamente tolerado, apesar de sua impossível conciliação com noções tão defendidas naquele momento político, como as de liberdade e autonomia (p. 8).

Entretanto, a tarefa dos psicossociólogos, neste primeiro período, estava bem distante de qualquer pretensão analítica, pelo menos no sentido psicanalítico do termo, já que, mesmo apontando a necessidade de um olhar mais abrangente sobre os fenômenos grupais, a noção de inconsciente não chegava a ser problematizada entre aqueles autores. Era apenas inegável – pelos próprios resultados das pesquisas de opinião, nesta época muito em voga, principalmente em indústrias e grandes empresas – que algo extrapolava a racionalidade do trabalho. E isto que os técnicos em comportamento, entre tantas outras denominações, referiam ora por “fator humano”, ora por aspectos motivacionais deveria ser trabalhado de forma a propiciar uma tomada de consciência das sobre-determinações que levavam aos conflitos no grupo e, finalmente, a promover a almejada mudança estrutural das organizações.

No afã de se diferenciarem dos engenheiros de produção nesta tarefa emergencial de aglutinação social e produtiva, os psicossociólogos chegaram a desenvolver toda uma instrumentação clínica de análise diagnóstica nos moldes da não-diretividade rogeriana. Valendo-se dos estudos, a esta altura já bem divulgados, de Mayo e Lewin, queriam desvelar a dimensão sócio-emocional das disfunções organizacionais, propondo-se à função de agentes facilitadores da comunicação.

Permitir a palavra àqueles que não a utilizam na vida cotidiana é o mote de tal intervenção, que gerava, como não é difícil depreender, uma espécie de guerra entre culturas.

Dubost e Levy (1987) chegam a assumir, neste sentido, que a psicossociologia, na tentativa de transformação das relações de produção que levaria à abolição da propriedade privada, reservou-se um papel reformista. Reunindo militantes frustrados com a estrutura e funcionamento dos movimentos proletários e partidos socialistas, estes trabalhadores sociais mantinham suas convicções de que as transformações radicais da estrutura social só se viabilizariam através de uma profunda transformação nas pessoas, nas formas de autoridade e nas estruturas organizacionais.

Os “agentes de mudança”, como se auto-denominavam os psicossociólogos deste período, munidos de toda uma parafernália comportamentalista de cunho pedagógico que marcava suas metodologias de trabalho, cederão espaço aos “elucidadores de grupo” que, com caráter cada vez mais clínico (psicodramatistas, grupoterapeutas...), encontrarão demandas de intervenção em organizações escolares, equipes profissionais e hospitalares⁸.

As funções de elucidação que seriam atribuídas ao psicossociólogo a partir dos anos sessenta já sofriam claras influências do pensamento lacaniano na psicanálise francesa, afastando progressivamente as práticas institucionais de finalidades industriais/comerciais, bem como de qualquer intenção adaptativa ou mesmo contestatória.

Tais alterações metodológicas, ocorridas na evolução da psicossociologia, serão percebidas mais claramente em debates e publicações posteriores do que, propriamente, na forma que adquiriam as intervenções e nos efeitos que produziam em seus usuários. “Foi a experiência que os tornou mais prudentes”, diz Lévy (1987). E conclui: “Tomaram consciência da extrema distância que existe entre suas metodologias e suas teorizações, e a complexidade das situações” (p. 60).

As instituições a que se destinavam as primeiras intervenções aqui referidas eram claramente tomadas como sinônimos de estabelecimentos e as formas de nelas intervir carregavam toda a ambigüidade do termo latino – que contém tanto a conotação de intrusão violenta, corretiva, quanto a raiz de termos sinônimos de mediação, de apoio cooperativo –, como ressaltado por Ardoíno (1987) ao fazer um balanço de trinta anos da intervenção institucional: “Intervir (do latim, *interventio*) é vir entre, interpor-se. (...) mas também, ao mesmo tempo, ou em outros contextos, é sinônimo de intromissão, de ingerência, (...) pode-se associar à coerção e à repressão para a manutenção ou re-estabelecimento da ordem estabelecida” (p. 13).

A Psicoterapia Institucional e a revolução no enfrentamento com a loucura

A terapêutica institucional é uma criancinha frágil. Convém acompanhar seu desenvolvimento de perto e vigiar com quem anda, pois ela é muito mal acompanhada.
(Guattari)

Na metade do século passado, enquanto os professores franceses se dividem entre adeptos e críticos das teses de Freinet⁹ referentes às reformas educacionais, os sociólogos e psicanalistas distribuem-se em escolas psicossociológicas voltadas às mais variadas intervenções organizacionais. Todas, na esteira da complexa conjuntura esboçada acima, manterão um aspecto em comum: a aspiração a apoiar e aperfeiçoar os processos auto-analíticos e autogestivos dos coletivos sociais.

Tal propósito encontrava-se respaldado por lapsos históricos de experiências autogestionárias¹⁰ que, como demonstra Guattari (1974), foram fontes inspiradoras da Psicoterapia Institucional:

Ao sair dos campos de prisioneiros e dos campos de concentração, um certo número de enfermeiros e de psiquiatras abordou os problemas do hospital psiquiátrico de um ponto de vista totalmente novo. Incapazes de suportar as situações concentracionárias, eles começaram a transformar coletivamente os serviços, derrubando as grades, organizando a luta contra a família, etc. As coisas foram encaminhadas com um espírito ainda mais militante em Saint Alban (p. 72).

Saint Alban, hospital psiquiátrico em Lozère, dirigido por François Tosquelles e que serviu de refúgio a intelectuais, surrealistas, médicos e militantes marxistas de toda ordem durante a

resistência à II Guerra, pode ser definido como uma espécie de marco do institucionalismo. Os encontros diversos que, circunstancialmente ali, viabilizaram uma experiência radical de alteridade impulsionaram estudos e experiências que, já anteriormente, vinham questionando as terapêuticas da doença mental calcadas nas práticas psiquiátricas.

A experiência refletirá, anos depois, em outro laboratório de experimentação de uma nova psiquiatria. Em 1953, Jean Oury – parceiro de Tosquelles na experiência de Saint Alban – fundará a Clínica *La Borde* que, igualmente, se tornará lugar de passagem e esconderijo para militantes clandestinos que lutavam pela libertação da Argélia. Além do desafio que, por si só, a proposta de um hospital aberto para abrigar psicóticos já representava, Oury se faria acompanhar de outras personagens não menos desafiadoras à ortodoxia psicanalítica do momento: freqüentava os seminários de Jacques Lacan e, em 1955, convidou Guattari para compor o “comitê intra-hospitalar” da Clínica: “A orientação de *La Borde* era caminhar no sentido de uma desagregação das relações aquele que trata/aquele que é tratado, assim como das relações internas ao pessoal. Instalar, portanto, um incessante questionamento com relação a todas as rotinas burocráticas, à passividade, à hierarquia, ao caráter repetitivo e serializado dos modos de existência” (BARROS, 1994b: 337).

Mas não nos precipitemos em alcançar a década de ebulição dos movimentos institucionais antes de compreendermos melhor em que consistia a intervenção desses psicoterapeutas pouco ortodoxos.

A Psicoterapia Institucional francesa da metade do século XX surge como uma proposta alternativa e, em boa medida, opositora ao modelo, também crítico, de tratar a loucura adotado pela antipsiquiatria inglesa. Mesclando pavlovismo, psicanálise, fenomenologia e psicologia da Gestalt e em estreita relação com o Partido Comunista Francês (PCF), a primeira fase da Psicoterapia Institucional inspirou-se, claramente, nas formas de tratamento aberto e desburocratizante das Comunidades Terapêuticas. Reorganizar o hospital, revisando coletivamente suas normas, subvertendo papéis e funções técnicas, revertendo a cultura médico-patologizante predominante eram idéias balizares do movimento, herdeiras tanto da história da psiquiatria européia quanto da experiência fundante de Saint Alban.

Apesar de ser desenvolvida a partir do final da II Guerra, somente em 1952¹¹ a Psicoterapia Institucional formularia, oficialmente, uma proposta de tratamento com respaldo teórico diferenciado. Não por acaso, o ano de seu “batismo”, pela voz do padrinho Daumézou, coincide com o pronunciamento, de Maxwell Jones, da definição de Comunidades Terapêuticas.

Mas as intenções libertárias de transformação dos hospitais psiquiátricos que fariam convergir, nos primeiros anos da década de 1950, as práticas do Movimento institucionalista francês

– via grupo de Tosquelles – às práticas da anti-psiquiatria italiana – inauguradas em Gorizia por Franco Basaglia – não permaneceriam assim tão integradas.

Já em 1949, a publicação do polêmico texto “A psicanálise: uma ideologia reacionária” anunciava divergências mais amplas, relativas às formas de intervenção na doença mental, que fariam eco no Movimento institucionalista. Os militantes do PCF até então simpatizantes da doutrina freudiana passariam a condenar, integralmente, a proposta psicanalítica, o que resultaria numa crítica severa aos ecletismos deste primeiro período da Psicoterapia Institucional.

Neste contexto, os psiquiatras italianos propunham, pragmaticamente, a “negação da instituição”. A abertura das portas dos hospitais à comunidade envolvida no tratamento ocorreria pela criação de clubes terapêuticos, cooperativas e *ateliers* de todas as ordens. Os psicoterapeutas institucionais, por seu turno, enfatizavam sua vocação analítica ao afirmar, com certa radicalidade, que o processo desinstitucionalizante deveria passar antes pela escuta da loucura do que pela derrocada dos muros concretos dos estabelecimentos hospitalares. Como evidenciou Guattari, a propósito do distanciamento entre as duas abordagens:

Para a antipsiquiatria, a intervenção política constitui o preliminar de qualquer terapêutica. [...] Renunciar à sugestão médica para cair na sugestão coletiva constituiria apenas um benefício ilusório. Penso que Basaglia e seus colegas superarão certas formulações atuais, um pouco apressadas e extrairão a própria escuta da alienação mental sem rebatê-la sobre o social. As coisas são relativamente simples e devem ser violentas quando se trata de negar a instituição repressiva. São muito mais difíceis quando se trata de compreender a loucura (GUATTARI apud GALLIO e CONSTANTINO, 1994: 88).

O contraponto da corrente italiana pode ser conhecido através das palavras do próprio Basaglia:

Mesmo estando de acordo com a crítica ao pragmatismo e a ênfase da micro-sociedade da comunidade terapêutica, nos parece, todavia, que entrevemos, na elaboração teórica na psicoterapia institucional, a afirmação e a codificação de uma psiquiatria fundada sobre a instituição, sobre a cura do doente, abstraindo sua atuação de todo contexto e significado político-social. Para a psicoterapia institucional, o doente é um paciente a ser indagado, analisado, e curado através das técnicas institucionais elaboradas com este objetivo; portanto, através do fantasma real da própria instituição (BASAGLIA apud GALLIO e CONSTANTINO, 1994: 87).

As duas correntes questionadoras da ordem psiquiátrica na década de 1950 só viriam a confrontar-se nesses termos anos depois, no encontro franco-italiano ocorrido em Courchevel.¹² Mais uma vez, o que nos interessa aqui ressaltar dessas experiências é a diversidade de caminhos técnico-metodológicos que podem decorrer de compreensões distintas do conceito de instituição que as balize.

Sendo assim, o final desta década verá definidas duas versões, política e teoricamente dissidentes, agora, entre os próprios psicoterapeutas institucionais. Os primeiros mantêm hegemonia marxista e propósitos semelhantes aos que deram origem ao movimento. Os segundos, aliando-se à crescente influência de Lacan junto aos que batalham por uma nova-esquerda “psi”, desvinculam-se do PCF e seguem o caráter terapêutico da corrente, contando com a militância do grupo de Tosquelles e do entusiasta Félix Guattari.

Comentando, anos depois, as divisões deste período do Movimento – dividido entre ecléticos/marxistas e estruturalistas/lacanianos –, Lourau (1979), severo crítico desses últimos, afirma:

A outra tendência enfiou-se no lacanismo [...] aparentemente institucional na medida em que [...] recusa a problemática do sujeito individual, em proveito de uma versão estruturalista. A estrutura, com efeito, permite combater a idéia de relações ‘duais’[...]. Termina em certa medida no institucional, ainda que os limites do "psicanalismo" e do narcisismo dos médicos psiquiatras [...] tenham [...] preferido psicologizar o social em vez de sociologizar o psíquico (p. 18).

Até que ocorresse tal ruptura – quando ainda é possível reunir os referidos autores sob o título de Psicoterapeutas Institucionais –, a intervenção da Psicoterapia Institucional caracterizava-se como uma ação terapêutica baseada na participação ativa dos pacientes em seus tratamentos, em estabelecimentos destinados aos cuidados dos doentes mentais. Assim, “a novidade teórico-prática é o descobrimento da dimensão inconsciente do estabelecimento e a participação dos enfermos na auto-gestão desse complexo processo de cura” (COIMBRA, 1995b: 55).

Claramente sustentada, como se vê, por uma concepção ainda um tanto jurídica ou, no máximo, sociológica de instituição, as práticas da Psicoterapia Institucional avançariam através de experiências em hospitais e escolas. Em um segundo momento, conforme apontado por Lapassade (1977), através da introdução de determinados dispositivos nos estabelecimentos de “cuidado”, o trabalho institucional se mostraria mais efetivo. A prática das assembléias, dos grupos operativos, dos conselhos de classe foi o que ajudou a ampliar a noção de instituição para além dos estabelecimentos. Mas essas instituições-dispositivos, instaladas no interior dos estabelecimentos, ainda não problematizavam a noção de desejo das lógicas institucionais que, mais tarde, viriam a fomentar a discussão conceptual e criar novas dissidências. Vale escutar, neste sentido, a crítica apontada *a posteriori* pelos analistas institucionais: “A perspectiva da Psicoterapia Institucional (e de seu par, a Comunidade Terapêutica) é eminentemente metodológica: transformar dispositivos para torná-los realmente terapêuticos. Constitui uma Psiquiatria liberalizante, mas ainda uma Psiquiatria, sem dúvida” (RODRIGUES e BARROS, 1986:16).

Até aí, o que parece ainda reunir diferentes disciplinas e teóricos sob o mesmo projeto de intervenção, denominado Psicoterapia Institucional, é uma forma de trabalho *contra* o instituído. Instituições-dispositivos que proliferavam para detonar as instituições-estabelecimentos de cuidado (“cura”) encontrariam eco nos movimentos pedagógicos que fervilhavam, paralelamente, fazendo germinar críticas contra todas as instituições.

A Pedagogia Institucional “enlouquecendo” a disciplina escolar

A auto-gestão da tarefa e a análise permanente da auto-gestão dentro do sistema de referência da instituição: tal é o projeto que se propõe a pedagogia institucional.
(Lourau)

As novidades no campo intelectual fervilhavam por toda a Europa e, quando não eram originárias, ao menos tinham passagem obrigatória pela França. O sucesso de alguma forma já alcançado pelos procedimentos auto-gestionários na reorganização da vida intra-hospitalar seria levado ao âmbito pedagógico, colocando o aluno como centro das decisões, numa crítica aberta ao centralismo e burocratismo vigentes nas escolas.

A partir da inspiração libertária oriunda das idéias de Freinet, os educadores franceses ampliaram as técnicas utilizadas pelo mestre na redução do distanciamento hierárquico entre professor e aluno (imprensa escolar, texto-livre, diários...), para transformar a sala de aula e o espaço escolar numa experiência concreta de auto-gestão.

O panorama político internacional, dividindo o mundo entre Leste e Oeste, entre os “super” e os “sub”, entre os avançados e os subdesenvolvidos, mostrava-se favorável a que a crítica à instituição pedagógica se propagasse, anunciando possibilidades instituintes, a princípio, na educação.

O documento de Bandung¹³, para Rodrigues (2000), permite delimitar o período de propagação das propostas em Pedagogia Institucional, na medida em que oficializou a multiplicidade de enfrentamentos anti-colonialísticos que tiveram lugar no campo da intelectualidade francesa e que culminaram, em 1968, com “A Grande Recusa”.

A autora considera a publicação da polêmica obra de Lapassade, *A entrada na vida*, em 1963, uma espécie de obra-síntese deste conturbado panorama histórico. Nesta, Lapassade questiona a almejada maturidade na perspectiva do homem moderno, considerando-a um engodo. Defende – aí claramente inspirado na filosofia nietzscheana – que a ascensão às instituições da vida adulta, além de não necessariamente representar um avanço do ponto de vista humano e libertário, poderia, ainda, significar a formação de adultos alienados.

À relação, defendida pela Psicoterapia Institucional, entre a alienação mental e a alienação social corresponde, agora, uma relação, estabelecida pelos pedagogos, entre as dificuldades de aprendizagem – os processos cognitivos – e circunstâncias sócio-econômicas em que estas se inseriam.

Alunos e professores elaborarem semanalmente as normas de vida da classe; gerenciarem programas, horários, métodos, objetivos; enunciarem coletivamente o conjunto das questões do grupo-classe eram as idéias propulsoras dos educadores, já associados aos psicossociólogos em um empreendimento social que extrapolava em muito os limites dos bancos escolares. Os conselhos de classe instituíram-se como técnica privilegiada nesta metodologia de pesquisa-ação em que se embasava a intervenção dos pedagogos institucionais. Todos se mantinham seduzidos pela psicossociologia, pelas experiências auto-gestionárias que pululavam pela Europa e eram objeto de reflexão de Castoriadis – através do grupo “Socialismo ou Barbárie” –, bem como dos questionamentos promovidos nos seminários de Lacan, nos quais as leituras de L. Strauss e Barthes passavam pelo crivo psicanalítico.

A crítica da tradição e a ruptura com as ortodoxias mantinham-se, portanto, como palavras de ordem de institucionalistas das mais diferentes paragens na década de 1950. Mas aquele incipiente “namoro” entre as leituras macro-sociais, iluminadas pelos sociólogos, e as leituras micropolíticas, introduzidas pelos freudianos, teria, ao se instalar uma divergência teórica e técnica que dividiria os educadores em sucessivas dissidências, outra vez seus dias de crise.

A década de 1960 se inaugura em plena polêmica entre os pedagogos adeptos das teses de Freinet – considerados empíricos e defensores de idéias do meio rural – e os professores parisienses – influenciados pelas novidades nas ciências humanas, segundo o modelo estruturalista da Psicoterapia Institucional e da Psicossociologia. Em oposição aos primeiros e denominando-se defensores da Pedagogia Institucional, Raymond Fonvieille e Fernand Oury fundam o Grupo de Técnicas Educativas (GTE) em 1961. Mas as divergências entre uma intervenção voltada às questões estruturais da instituição escolar e outra mais centrada nas suas determinações subjetivas se transferirão para este segundo grupo. Em 1963, Lapassade é chamado a intervir junto ao *staff* do GTE e precipita a nova dissidência.

Associando-se a Lobrot, Lourau e Fonvieille, o próprio Lapassade proporá uma Pedagogia Institucional de orientação autogestionária e sócio-analítica e fundará o Grupo de Pedagogia Institucional (GPI). Seus propósitos são de ajudar os grupos a tomarem em suas mãos não apenas sua análise como também sua própria formação pela auto-análise. Inspirados na célebre reivindicação marxista de gestão da produção pelos próprios operários, instrumentam-se, para isso,

na dinâmica de grupo, grupos de formação (*T Groups*) e fundamentalmente em técnicas não-diretivas nos moldes rogerianos.

Na defesa de uma “Pedagogia Terapêutica” de orientação psicanalítica, ao GPI contrapõe-se o Grupo de Educação Terapêutica (GET), fundado em 1964 por F. Oury e A. Vasquez. Para estes autores, as mudanças sociais só podem ser objetivadas através da atividade criadora e movimentos instituintes dos diversos agentes institucionais (professores e alunos). As relações entre Pedagogia e Psiquiatria são por eles aproximadas: “psiquiatras e professores são naturalmente legitimados em suas missões sociais de curar e educar (ou de *curar educando*, no último caso). Aqueles que se recusam a aceitar este encargo sem discussão são lançados ao *gueto da perversão* pelos que se auto-proclamam dedicados ao trabalho *sério*” (RODRIGUES, 2000: 205). Em clara ironia à versão intervencionista dos antes colegas do GTE, Oury e Vasquez disparam contra os agora dissidentes reunidos no GPI: “Os ‘voyeurs de grupo’, que entram ‘a cavalo’ em uma turma e se retiram na ‘ponta dos pés’ deixando ao professor o cuidado de ‘restabelecer a ordem’ arriscar-se-iam a ser mal acolhidos” (OURY e VASQUEZ, *apud* RODRIGUES, 2000: 205).

A resposta dos “pedagogos sócio-analistas” não foi mais amena. Lapassade considerava os “pedagogos terapeutas” reformistas e moralistas, pelo fato de estes partirem de uma oposição institucionalizada entre adulto e criança, semelhante às ultrapassadas distinções entre normal e louco.

Nestas críticas ao adultismo dos terapêuticos, bem como ao objetivismo dos socioanalistas, vislumbra-se a polêmica maior em que se inseriam: uma visão psicossociológica da subjetividade – com toda a sua conotação dialética, centrada no sujeito, na não-diretividade, no grupalismo lewiniano – *versus* uma visão estruturalista da psicanálise – carregada da primazia do significante, reformismo-adultismo, descentramento do sujeito. Mudar o “externo” (estrutura escolar, sistema de ensino) para resultar na instauração do novo no “interno” (regras e procedimentos da classe) ou, ao contrário, buscar a tomada de consciência micro-social para estendê-la à mudança social maior (revolucionária) é o foco central da divergência.

Sustentando diferentes formas de intervenção na instituição pedagógica, a divergência que se coloca entre essas duas vertentes da educação remete, em muito – e ainda! –, às nossas já conhecidas divergências no conceito de instituição e de inconsciente.

Enquanto Oury e Vasquez designam por “instituições” tanto as *regras* que funcionam como leis da classe quanto o que *se institui* no trabalho pedagógico (papéis, lugares, estatutos ou rituais), os sócio-analistas mantêm uma visão sociológica das instituições que, mesmo reconhecidas em sua dimensão inconsciente, parecem presas à noção de mediador indivíduo-sociedade – “A pedagogia Institucional tende a substituir a ação permanente e a intervenção do professor por um sistema [...]

de mediações diversas, de instituições, que assegura de maneira contínua a obrigação e a reciprocidade das trocas, dentro e fora do grupo" (OURY e VASQUEZ, 1982: 249).

A concepção das instituições no GTE parece retratar uma visão ainda dicotomizada entre indivíduo e sociedade, exatamente como aquela sugerida por Freud, que se tornou alvo das críticas anunciadas na primeira parte deste artigo. Nesse ponto, o Movimento institucionalista chegou a retornar à querela conceitual em torno das instituições internas e externas, operando ainda outra dicotomização e divergindo em relação às aspirações de mudança. Mudar as regras e métodos da sala de aula – considerados da ordem das instituições internas – chegaria, efetivamente, a abalar as hierarquias e leis mais amplas, colocadas como instituições externas? Ainda no que se refere a esta divergência que separa os educadores utopistas, vale a crítica de Rodrigues (2000): “Estes *utopismos* pouco resistem à crítica: assemelham-se demasiado à máxima *mudar o homem a fim de transformar a sociedade* para que seja projeto facilmente admissível nestes *tempos de suspeita*, em que se buscam as estruturas que nos constituem ou as funções reprodutoras que exercemos queiramos ou não, saibamos ou não” (p. 208).

Em meio a tamanha polêmica, o que parece mais confuso ou sequer devidamente enfrentado é a própria concepção de sujeito – e com ela, de inconsciente – que, mesmo sem ser negada por esses teóricos, não aparece suficientemente problematizada nesse período do institucionalismo.

De qualquer forma, entre tantas divergências dos artífices da pedagogia institucional, o que parecia manter, ainda, algum projeto comum entre eles era a vocação para o questionamento do conjunto de regras que regiam a relação pedagógica.

Curiosamente, pouco antes de morrer, ao pensar os efeitos de um terrorismo de estado sobre a formação das crianças, Lourau reafirmava o projeto da Pedagogia Institucional quase nos mesmos moldes que Lapassade propusera, 24 anos antes, com sua “Entrada na vida”:

Os libertários não têm resposta apropriada, a não ser aquela que consiste em propor uma igualdade absoluta, imprescindível e um pouco abstrata, entre a criança e o adulto. É esta a psicologia da criança dos libertários: concepção imediatamente política, mais que psicológica ou sociológica. [...] Inventar os dispositivos de formação: eis o que a educação nova, em quase todas suas variedades, tende a praticar, quando necessário tomando de empréstimo aos libertários essa ou aquela técnica, esse ou aquele modus operandi (LOURAU, 1999:181).

As barricadas do desejo emborcam novas tendências

O que se verá no conturbado panorama mundial da década de 1960 é uma torrente de acontecimentos irruptores – políticos, econômicos e culturais –, que abalariam irreversivelmente aquilo que até então se tinha como mais instituído na sociedade. Assim, “a crítica ao conservadorismo penetra em todas as esferas do cotidiano: nos costumes e comportamentos; da

minissaia, da pílula, das drogas à pop-arte. Circula e cresce, enfim, a necessidade de se repensarem as relações entre política e subjetividade” (COIMBRA, 1995a: 328).

Não só a figura do Estado sofre abalos estruturais quando os regimes autoritários de esquerda e direita se chocam e expõem mútuas atrocidades. Não é só o *american way of life* que entra em colapso quando seus jovens guardiães se vêem feridos em campos vietnamitas. Não são apenas famílias americanas que se descortinam em sua hipocrisia pequeno-burguesa quando seus filhos adolescentes pregam o amor livre e querem fumar maconha tanto na praça quanto na sala de jantar. Não é apenas a administração acadêmica que está na mira dos estudantes europeus ao tomarem de assalto as reitorias e mais tarde as ruas. É a cabeça do rei, sim, que vai a prêmio, sim, quando o governo está em questão. Mas foram muitas as cabeças que rolaram ou chacoalharam quando tantas instituições foram questionadas: era a cabeça do Pai, do Reitor, do Professor e de qualquer outro que parecesse Senhor – e que há muito os ventos faziam abalar –, quando a primavera de 68 chegou.

Os efeitos desta torrente se fizeram sentir fortemente em meios acadêmicos e em diferentes áreas profissionais. Mas é como efeito de um tempo que me parece plausível falar de um Movimento tão abrangente, quer em termos científicos, quer políticos ou sociais, como foi o institucionalismo francês.

A “descoberta” da Análise Institucional pode ser atribuída ao resultado desta torrente de acontecimentos. Pode, até mesmo, ser pensada como des-coberta, se tomarmos o sentido desvelador do termo, que põe à mostra algo que pedia passagem e que, mesmo envolto de alguma cobertura, gestava-se antes de seu “descobridor” alcançá-lo.

O que todos os esforços teóricos e pragmáticos das correntes precursoras pareciam ainda encobrir coube a Georges Lapassade revelar. Isto, que o tornaria o autor-ator desta passagem, foi descrito por seu parceiro de andanças psicossociológicas, René Lourau, como um salto mortal sobre os limites que as demais intervenções percebiam. “Somos todos filhos deste acrobata”, afirma Lourau (1977b: 1). Ao revelar uma *dimensão institucional dos grupos*, Lapassade faria emergir “toda a política reprimida pela ideologia das boas relações sociais” (LOURAU, 1977b: 1) e apontaria que tal ideologia tornava ineficazes as intervenções de grupo que não a contemplassem.

O solo para tal “acrobacia” já estava preparado na obra de 1966, *Grupos, organizações e instituições*, na qual Lapassade compara os três conceitos, apresentando-os como diferentes dimensões presentes nos grupos. Lá, a dimensão institucional aparece em sua duplicidade: como grupos oficiais, empresas, aglomerados; mas também como conjunto dos contratos e das regras que os regulam. Situava, então, a instituição como “o terceiro nível, nível do Estado, que faz a Lei, que confere às instituições força de lei. Assim, na sociedade que ainda é a nossa, o que ‘institui’ está do

lado do Estado, no topo do Sistema” (LAPASSADE, 1983:15). Reitera tal posição em obra posterior, ao definir instituição por “produção e reprodução das relações sociais dominantes tanto nos pequenos grupos quanto na estrutura das organizações” (LAPASSADE e LOURAU, 1971:14).

O nível da então chamada prática sócio-analítica era designado, por Lapassade, como nível dos grupos – base da vida cotidiana, da sociedade civil –, no qual já se vislumbra a dimensão institucional através das normas, papéis, regras prescritas de funcionamento. Baseado na crítica que há muito vinha tecendo sobre a perspectiva reformista da psicossociologia dos grupos, que, segundo ele, torna mais suportável o capitalismo e moderniza a burocracia, Lapassade define como tarefa por excelência da intervenção sócio-analítica a revelação do nível oculto da vida do grupo, ou seja, do nível institucional. Assim, clareia-se, para este autor, que a análise de grupo só pode ser análise institucional se tiver por base instituições que aparecem como negatividade do desejo. Por decorrência, a tarefa analítica – no caso sócio-analítica – equivale a “liberar a palavra social reprimida, ideologizada, censurada pelas instituições [...] e anterior à instituição da língua” (LAPASSADE *apud* LOURAU, 1995:255).

Rodrigues (2000) define o trapézio que teria impulsionado Lapassade em seu salto mortal entre a psicologia dos pequenos grupos e a incipiente Análise Institucional da seguinte forma: primeiro, sua vocação antes intervencionista do que formativa; segundo, sua inserção em novas áreas de conhecimento e movimentos sociais de origens sociais e religiosas diversas; e terceiro – mas o mais fundamental motivo –, sua imersão na militância da “tendência psicossociológica” da UNEF¹⁴.

Este último motivo renderia a Lapassade, ainda, um questionamento decisivo para a formulação do novo método de trabalho, pois a encomenda dos estudantes franceses de realização de um curso para lideranças confirmaria sua posição: a de que é desta forma que um cliente é capaz de elaborar seu vago pedido. Impôs-se, a partir daí, a crítica lapassadeana à tradicional oposição, estabelecida pelos psicossociólogos, entre uma demanda de formação e uma demanda de intervenção, já que o autor considera uma a continuidade da outra. Sua própria trajetória confirma isto, uma vez que a intervenção sócio-analítica surge em extensão ao dispositivo pedagógico do *T Group*.

É o próprio Lapassade quem afirma a intenção de operar uma síntese entre os princípios da Pedagogia Institucional, sua influência pela Psicoterapia Institucional e as técnicas aprendidas com a Psicossociologia. Ele assim apresenta o nascimento da Análise Institucional: "Cheguei à análise institucional, entre 1960 e 1962, refletindo sobre a forma-seminário (que é o instituído da formação) e sobre a instituição (no sentido ativo do termo) da relação de formação (enquanto separa os

formadores, postos em situação de "adultos" – e os "formandos", assimilados a "crianças" que "devem formar-se" – mesmo quando os formandos sejam já adultos)".

A análise institucional nascerá destas perguntas formuladas a propósito dos Grupos T: a) que ocorre com a "forma" (o instituído) da formação?; b) que significa o fato de instituir a formação? Logo: que é a instituição (instituinte/instituído) da formação?" (LAPASSADE, 1987:165).

Estabelecida tal crítica, a corrente institucionalista que a segue passaria a denominar-se Análise Institucional e definiria, como nova forma de intervenção, a intervenção sócio-analítica, instrumentada tecnicamente através da assembléia geral sócio-analítica (AGS).¹⁵ A paternidade desta "criancinha frágil", como designada por Guattari, seria por outro lado a este último atribuída, como se observa na entrevista em que ele foi arguido acerca das origens da Análise Institucional:

Era um certo número entre nós que desejava a introdução de uma dimensão analítica neste tipo de prática e não encontrava satisfação nas referências que Tosquelles fazia frequentemente a Moreno e Lewin, e acessoriamente a Marx e Freud. Somente esta dimensão analítica, quando era reivindicada por certos psiquiatras, correspondia ainda no essencial, ao modo de análise clássico. Por meu lado, evolui lentamente até a idéia de que a análise não podia contentar-se em ser uma força de apoio exterior, que coexistiria pacificamente neste campo com o marxismo, a psicossociologia, a dinâmica de grupo, a terapia social, etc. (GUATTARI, 1987b: 99).

A partir daí, Guattari oporia a análise institucional à psicoterapia institucional de base micro-sociológica, apontando que o foco da ação analítica deveria ser o conjunto complexo de processo sociais, e não "O" psiquiatra ou mesmo "O" grupo, que, para ele, apresentavam-se privilegiados no propósito de Tosquelles, ao querer "curar o hospital primeiro desalienando as relações sociais" (GUATTARI, 1987b: 99).

Paternidades à parte, o que se evidencia nas duas referências à denominação "Análise Institucional" é uma clara afinidade entre os institucionalistas, oriundos das correntes precursoras, no que tange à delimitação do foco da nova intervenção: ela deve visar à dimensão invisível de engendramento das condições institucionais dos grupos, ou seja, o inconsciente.

A ruptura provocada pelo analisador "maio de 68" indicou, entre outras coisas, que para os elementos ocultos do sistema se evidenciarem é necessário que a auto-gestão torne-se uma contra-instituição, provocando, portanto, uma revisão radical neste que vinha sendo o conceito-chave do pensamento institucionalista. Como assinala Coimbra (1995b): "Por isso é que a partir desta fase a auto-gestão é utilizada nas intervenções sócio-analíticas como um dispositivo analisador, como um contra-projeto organizacional e pedagógico. Bem diferente da técnica auto-gestionária que visa atuar somente sobre o estabelecimento e não sobre as instituições que atravessam esse estabelecimento". (p. 64).

Datam deste período a elaboração não apenas desta ferramenta, mas de todas as ferramentas metodológicas ainda hoje mais caras às intervenções institucionalistas.

A própria noção de *dispositivo-analisador*, que sustentava esta conotação diferenciada da concepção positivista/tecnicista de autogestão, passa a direcionar as novas intervenções sócio-analíticas no sentido da “decomposição de uma totalidade”, como sugerido por Lapassade (Cf. COIMBRA, 1995b). Propondo a superação de uma visão tecnicista de autogestão e de um uso fetichista da não-diretividade, este autor defende que a auto-gestão funcione como analisador construído para fins de formação. Como um conceito operatório, o analisador – que pode ser histórico, como foi o maio de 68, ou forjado para uma intervenção específica – deve negar de alguma forma o instituído, revelando a dimensão instituinte dos acontecimentos. A afirmativa “É o analisador que realiza a análise” (LOURAU, 1977a: 19) sintetiza essa idéia revolucionária para o pensamento institucionalista.

Engancha-se nela a proposição – não menos inovadora – de *transversalidade*, que viria para substituir a noção de transferência institucional, considerada muito restrita ao interior dos pequenos grupos. A intenção da tarefa analítica seria a de contribuir com os coletivos, tanto no sentido da superação dos impasses criados por sua rígida verticalidade (das posições hierárquicas expressas nos organogramas, por exemplo) quanto por sua simples horizontalidade (de “deixar o barco correr” como pode). Neste sentido, transversalidade corresponderia ao que Guattari (1987a) designou por “lugar do sujeito inconsciente do grupo, o além das leis objetivas que o fundamentam, o suporte do desejo do grupo.” (p. 94).

Ainda para explicá-la, o autor se utiliza da metáfora das viseiras que cegam os cavalos dispostos em um campo fechado. Propõe que imaginemos a inevitável confusão que as viseiras fechadas operariam na circulação dos cavalos, e as possibilidades de nova circulação que o movimento de abri-las permitiria. Isto nos levaria a pensar que enquanto as pessoas permanecem paralisadas em torno de si mesmas, não podem enxergar nada além de si, ou seja, que sem comunicação não há como sustentar uma transversalidade grupal. Já o processo analítico que se proponha a incrementar o coeficiente de transversalidade de um grupo oferece uma real possibilidade de os indivíduos se servirem deste, tal e qual um espelho. Neste processo, o sujeito comunica a si e ao grupo, sob a forma de “ouvido-ouvinte”, assumindo o sentido de sua ação e podendo se enunciar como grupo sujeito, ao invés de se manter apegado a uma hierarquização das estruturas e somente ter sua causa passivamente ouvida – situação que caracteriza o grupo sujeitado.

A idéia destas forças transversais provocará outra reviravolta na noção de instituição a partir da compreensão de que “a instituição não é propriamente falando, um nível ou uma instância da intervenção... A instituição deve ser entendida, ao contrário, como um nível que atravessa todos os

demais” (LAPASSADE, 1977: 70-71). É este conjunto de instituições – sociedade de classe, capitalismo integrado, divisão social do trabalho, sexualidade moral burguesa,... – que se entrecruza, numa trama social constitutiva de nossa subjetividade, o que Guattari (1987a) designou como *transversalidade*.

Na opinião de Coimbra (1995a), inclusive, nisto residiria a derradeira acrobacia de Lapassade. Ao superar a idéia da instituição como uma das três dimensões, o terceiro nível entre os grupos e organizações, ele redireciona consideravelmente as perspectivas da intervenção sócio-analítica. Se agora a instituição aparece muito mais como um corte que atravessa todos os níveis, o foco da intervenção passa a ser a possibilidade de aumentar o grau de transversalidade dos grupos, de aumentar a clareza dos entrecruzamentos, das sobre-determinações que atravessam nossas vidas – “ela tende a se realizar quando uma comunicação máxima se efetua entre os diferentes níveis e sobretudo nos diferentes sentidos” (GUATTARI, 1987a: 96).

Neste ímpeto desterritorializante de conceitos – não menos do que das formas de operar com eles –, o calor dos acontecimentos de 1968 provocaria, ainda, uma profunda revisão na clássica postura de “investigador” e de “objeto”. Delicado tema, quando se trata das ciências humanas, é de inspiração fenomenológica a noção de *análise de implicação*, que critica a dissociação positivista entre objeto do conhecimento e observador. Ao explicitar que somos objetivados por aquilo que pretendemos objetivar, Lourau acusa os próprios intelectuais de se utilizarem da oposição entre o saber científico e o saber social, entre teoria e prática. Ao propor que o analista institucional analise, antes de tudo, sua implicação com as redes de poder, seu lugar na divisão do trabalho, nas relações de classe e, enfim, sua relação com as instituições que o perpassam (e a seu cliente), descristaliza-se o papel do cientista e desmistifica-se o lugar do *expert* nas relações dos outros.

Segundo Coimbra (1995b), “ao pretender ficar ao lado da vida, do instituinte, das implicações, da transversalidade, a Análise Institucional, necessariamente, rompe com o autoritarismo dos saberes oficiais, englobantes e totalizantes.” (p. 74). Nesse ponto, é a mais abrangente das correntes até aqui examinadas, tanto no sentido das disciplinas e áreas de conhecimento que abarca, quanto no princípio auto-gestionário a que se destina. Reuniu várias gerações anteriormente dispersas, desde psicossociólogos até os psicanalistas que se manifestavam críticos em relação à instituição em que se inseriam.

A par de todas essas afinidades, algumas diferenças se apresentam entre os novos analistas institucionais. Quanto ao âmbito da intervenção, os antigos psicossociólogos privilegiavam os estabelecimentos de formação, enquanto os psicanalistas, cada vez mais, destinavam seus trabalhos a coletivos diversos e minorias marginalizadas. Também as diferentes origens de movimentos – pedagógicos, dos primeiros; e psiquiátricos, no caso dos últimos – provocariam um crescente

distanciamento entre as nascentes Análise Institucional tradição Psicossociologia Crítica (Lourau, Lapassade e o GPI) e Análise Institucional tradição Psicanálise Crítica (Guattari e o GET).

Mesmo reconhecendo a aspiração à apreensão da dimensão institucional dos grupos, comum às duas vertentes, Guattari (1981) não poupará críticas ao aspecto limitante que percebe como tradição “alienista” ou “pedagogista” dos colegas, herdada da antiga psicossociologia. Reprovando o mau uso dos conceitos, originados na riqueza dos acontecimentos/intervenções deste período, é categórico ao afirmar que o fato de terem se mantido no terreno universitário e em práticas de especialistas da educação os colocava em posições opostas quanto à compreensão da tarefa analítica institucional.

A vertente Lourau-Lapassade, por seu turno, rebate os analistas institucionais alinhados à psicanálise acusando-os de se manterem submetidos ao reformismo no campo “psi” e de reivindicarem um certo monopólio de detentores do inconsciente. Mas de que inconsciente mesmo se estaria falando?

A eventual sensação de termos até aqui “andado em círculos” para voltarmos a uma bifurcação – objetivismo x subjetivismo, educar x psicanalizar... – não é ocasional.

Esclarecedora, neste sentido, é a avaliação acerca do distanciamento entre as vertentes de análise institucional apresentada por Rodrigues (2000): “No entanto, estas mesmas *condições institucionais* podem definir proximidades e distâncias entre analistas institucionais, numa cartografia que obedece menos à coerência epistemológica do que às relações de força configuradoras de regimes (institucionais) de verdade”. (p. 221).

Configurar regimes de verdade, aliás, remete-nos ao “diagrama”, citado no início desta seção, quando nos propúnhamos a pensar os campos de saber relativos ao conceito de instituição. Todos os domínios de poder que resultaram em linhas teóricas e correntes político-ideológicas diversas no institucionalismo embaralharam-se com a grande ruptura no jogo de forças instituintes que significou o maio de 68.

Fazendo uma análise comparativa entre as experiências pedagógicas, obtidas através dos grupos-seminários, e a experiência revolucionária, vivida por todos os institucionalistas no maio de 68, Lapassade (1983) acentuou que ambas tinham como finalidade a supressão repressiva para a libertação da palavra social: “É preciso, no entanto, quando isso é sublinhado, observar logo que essa libertação da palavra social ocorreu na rua, sem monitores, sem ordens que instituíssem a experiência” (p. 23). Analisando, posteriormente, os rumos que a intervenção sócio-analítica tomou ao longo dos anos 1960, Lapassade perceberia que ela nasceu num contexto de fermentação política, cultural e pedagógica que anunciava de longe – mais de 10 anos antes – a crise de maio de 68.

Aliás, não foi por acaso que o movimento estudantil francês de maio de 68 recebeu simpáticos e significativos apelidos ao longo do século – “A Grande Recusa” ou “As barricadas do Desejo” abriram os olhos do mundo para uma polarização não apenas entre os dois regimes políticos que dividiam o mundo, mas, fundamentalmente, entre Estado x Sociedade, Burocracia x Criatividade. Para Lyotard (1975), o 22 de março representou “a crítica à representação, ou seja, à relação de exterioridade com que são colocados a atividade e seus produtos, a transformação em espetáculo que coloca os atores na posição de intérpretes passivos e a ‘opinião’ na posição de espectadora passiva” (p. 87). Para Deleuze (1972), o maio de 68 é um exemplo de analisador histórico, é “análise em ato”, na medida em que faz coincidir análise e desejo. Foi a partir deste analisador histórico que Guattari criou o conceito de “Revolução Molecular”.

Mas, a essa altura, os abalos produzidos nas bases das instituições médica, psiquiátrica e pedagógica já teriam preparado, irreversivelmente, o terreno crítico necessário à criação de novas formas de intervenção, diferenciadas dos métodos clássicos com que se vinha tratando e compreendendo a subjetividade até este momento da história.

A institucionalização das “crias” do 68

Eu avaliava, de minha parte, que as transformações das instituições, dos equipamentos coletivos, dos modos de vida, dos meios de massa, etc., já não podiam ser considerados independentemente de uma revolução social no sentido marxista. O tempo da análise institucional, para mim, já havia passado.
(Guattari)

Esta afirmação de Guattari prenunciava, desde os tempos da Psicoterapia Institucional, certa diferenciação entre suas compreensões acerca da economia do desejo e as concepções micro-sociológicas de seus companheiros de militância. “O Inconsciente é, antes de mais nada, um agenciamento social” (1987a: 81), afirmava ele em *Revolução Molecular*.

O que parecia aí se insinuar e viria a se evidenciar mais nitidamente a partir de maio de 68 é que inconsciente e história são indissociáveis. Política e subjetividade, economia política e economia libidinal já não poderiam ser compreendidos distanciados um do outro, desde que a vida mostrara, entre barricadas de rua e grafites de muros, que o desejo tem uma força revolucionária não apenas no plano macro-social, mas, fundamentalmente, na alma de quem institui o novo.

No que tange aos efeitos produzidos pelo “analisador maio” no movimento institucionalista e em seus integrantes singulares, não haveria muitas dissonâncias. Entretanto, as coisas já se mostrariam mais complicadas quanto ao que fazer com tais efeitos, ou melhor, quanto às

conseqüências metodológicas, práticas e, mesmo, aos princípios que cada vertente tomaria para dar seguimento ao projeto libertário da autogestão.

Parece-me, hoje, compreensível que, após tantos anos de debates fervorosos, ensaios entusiasmados, tentativas engajadas para colocar seus conhecimentos de cientistas sociais a favor da mudança radical nas relações, um analisador histórico que apresente uma potência transformadora há muito almejada por tantas intervenções nem tão exitosas neste sentido tenha provocado tanto *frisson*.

Algumas diferenças, é claro, já se apresentavam no modo singular com que cada um dos institucionalistas implicou-se com a própria tarefa revolucionária. Lapassade (*apud* RODRIGUES; DUARTE e FERNANDES, [s. d.]) conta, por exemplo, que na noite de 22 de março, Lourau estava a ponto de interpretar a ausência de Daniel Cohn Bendit a seu seminário de Análise Institucional como alguma espécie de resistência à mudança. Neste momento, Danny-le-Rouge estava ocupado com uma mudança um pouco mais radical, pois coordenava a ocupação da reitoria, enquanto o próprio Lapassade, ao piano, fazia a sonoplastia da agitação no pátio da então “Sorbonne livre”.

O efeito mais imediato deixado por experiências como estas – vividas no seio do movimento estudantil por cada um dos intelectuais que a ensejaram – parece ter sido mesmo o de uma espécie de “ressaca revolucionária”. Nesta consideração, ainda encontramos certa unanimidade entre eles.

Lapassade e Lourau (1971) fazem uma interpretação sociológica do pós-68, considerando-o como um refluxo institucionalizante que respondeu, de algum modo, à crise que os processos liberalizantes instituintes provocaram no modo de produção capitalista. Questionam o paradoxo que se cria neste refluxo: enquanto suas intervenções e textos eram progressivamente mais solicitados, os princípios que os levaram a elaborá-los pareciam cada vez mais esquecidos.

O processo de institucionalização da análise institucional levará Lapassade a buscar saídas instituintes em metodologias alternativas. A partir de 1972, já convencido de que a instituição é um nível oculto das relações que atravessa todos os demais, proporá que a tarefa analítica concentre-se em instituir crises no crescente número de estabelecimentos solicitantes da intervenção sócio-analítica – método que passará a adotar sob a denominação “crisanálise”. Mais tarde irá procurar, na bioenergia de moldes reichianos, o fôlego técnico para a subversão do instituído – que sempre manteve como finalidade precípua de suas intervenções.

Lourau (1977b) também compreende o processo de cooptação das forças instituintes pelas forças dominantes como um efeito inevitável da trama social: “Não é uma queda, uma enfermidade, é o resultado da ação do princípio da equivalência que rege a vida social” (p. 12). Descreve este processo como o grande risco com que irá se defrontar o cientista social que pretenda manter os libertários princípios institucionalistas definidores do Movimento, desde os tempos da Pedagogia

Institucional. Curiosamente, é em pleno 1969 que o nascimento oficial da sócio-análise ficaria identificado à publicação da tese de Estado defendida por Lourau: *A Análise Institucional* (a mesma da publicação brasileira de 1995).

Fazendo uma auto-crítica *a posteriori*, o próprio autor percebe que havia escrito “um livro frio sobre um assunto candente” (LOURAU, 1988: 250) e teme que a teorização, muitas vezes, funcione implicitamente como um dispositivo panóptico – ver sem ser visto, vigiar e punir –, tal como descreveu Foucault. À preocupação de Lourau com a “panoptização da sócio-análise” corresponderá, no mesmo período, um acirramento da crítica, não menos gestada nos meandros do institucionalismo, de uma “psicanalização dos processos sociais”.

Guattari foi, possivelmente, um dos primeiros militantes das ebulições políticas dos anos 1960 a explicitar o esvaziamento da força crítica dos discursos contestadores que sofrem os efeitos da institucionalização. Sua crítica ao pedagogismo dos sócio-analistas seria apenas potencializada, na década de 1970, por seu encontro com Deleuze. O “livro-coisa” *Anti-Édipo* seria o corolário das muitas posições diferenciadas, esquisitas, fugidias, que ele já manifestara dentro do próprio movimento.

Os analistas institucionais já sabiam que a dimensão institucional dos grupos é atravessada por múltiplas instituições. Já identificavam aí seu foco de intervenção. Já sabiam – fazia, inclusive, um bom tempo – que as instituições não são meros espaços onde as relações circulem “ocasionalmente” de forma burocrática e cristalizada. Aliás, a esta altura, os institucionalistas já haviam experimentado, coletivamente, a potência produtiva do desejo. Sabiam que o processo de desejo não transita numa via de mão única nem tem só uma direção. Mas como transpor tais descobertas, vividas no seio de acontecimentos carregados de intensidade, para uma nova forma de conceber o próprio processo do desejo?

O grande desafio, para Guattari, passa a se situar na conjunção entre revolução molecular e revolução social. Essa era a nova tarefa analítica que se colocava aos pensadores do desejo: “Quando se trata de arrebentar as fechaduras, os axiomas do capitalismo, as sobrecodificações do superego, as territorialidades primitivas reconstituídas artificialmente, etc., o trabalho do analista, do revolucionário, do artista, se encontram” (GUATTARI, 1987a: 32).

Mas como fazer com que eles se encontrem? Como avançar em uma proposta analítica que concebesse o metabolismo do desejo de forma tão articulada ao imaginário coletivo, a ponto de fazê-la dispositivo de subjetivação? Que tipo de intervenção poderia ser tão poderosa quanto as experiências revolucionárias no desmanchamento das totalizações instituídas?

É nesse ponto que Guattari distancia-se criticamente da Análise Institucional tal como concebida com sua devida contribuição – se não autoria, como vimos. Mais precisamente, é aí que a

concepção de inconsciente, balizadora das intervenções sócio-analíticas e sob as influências do predomínio estruturalista na psicanálise francesa, mostra-se, para ele, insatisfatória. Apresenta-se, também nesse momento, a possibilidade e demanda para a formulação da Esquizoanálise.

A problemática do inconsciente exigia uma elaboração não menos revolucionária, que contemplasse, de alguma forma, as estruturas de poder, o aparato do Estado, o campo social, enfim, a multiplicidade e as virtualidades que lhe são cabíveis. Na análise desta problemática, Guattari é categórico ao afirmar que considera reacionárias as teorias freudiana e lacaniana:

Vejo o inconsciente antes como algo que se derramaria um pouco em toda a parte ao nosso redor, bem como nos gestos, nos objetos cotidianos, na TV, no clima do tempo e mesmo, e talvez principalmente, nos grandes problemas do momento [...] Logo, um inconsciente trabalhando tanto no interior dos indivíduos, na sua maneira de perceber o mundo, de viver seus corpos, seu território, em seco, quanto no interior do casal, da família, da escola, do bairro, das usinas, dos estádios, das universidades... Dito de outro modo, não um inconsciente do especialista, um inconsciente cristalizado no passado, petrificado no discurso institucionalizado, mas, ao contrário, voltado para o futuro, um inconsciente cuja trama não seria senão o próprio possível, o possível à flor da linguagem, mas também o possível à flor da pele, à flor do socius, à flor do cosmos. (GUATTARI, 1987a: 96).

Já não acreditando na especificidade do grupo, opondo-se às proposições psicanalíticas apresentadas pelo freudismo e lacanismo e criticando o reformismo das intervenções sócio-educativas da análise institucional, a esquizoanálise denuncia o mal-estar da instituição psicanalítica. Propõe a proliferação de práticas micropolíticas que dêem passagem a novos devires e inventem outros – devires mutantes (mulher, criança, animal, planta, cosmos...) que, na confrontação sistemática das relações de exploração, rompam com todos os valores instituídos pelo capitalismo.

Ampliando a noção de produção para além da esfera econômica, Guattari e Deleuze passam a entender economia libidinal e economia política num mesmo plano. Quase como um corolário de todos os esforços teórico-conceituais que o Movimento institucionalista veio produzindo, afirmam a subjetividade esquizoanalítica: “Não somente uma produção de subjetividade individuada – subjetividade dos indivíduos – mas uma produção de subjetividade social, uma produção da subjetividade que se pode encontrar em todos os níveis da produção e do consumo.” (GUATTARI e ROLNIK, 1986:16).

Esta compreensão da “máquina de produção subjetiva” é o que permite explodir, irreversivelmente, com qualquer noção auto-centrada, intimista, de subjetividade – tarefa basicamente empreendida no *Anti-Édipo*:

De tal modo que tudo é produção: produção de produções, de ações e de reações; produções de registros, de distribuições e de pontos de referência; produções de

consumo, de volúpias, de angústias e dores. Tudo é produção: os registros são imediatamente consumidos, destruídos, e os consumos diretamente reproduzidos. É este o primeiro sentido do processo: inserir o registro e o consumo na própria produção, torná-los produções de um mesmo processo (GUATTARI e DELEUZE, [s. d.]: 9).

Mesmo sustentando que no projeto esquizoanalítico não há uma negação da análise, também não há uma sistematização que, como nas demais correntes, proponha um meio de se produzir os dispositivos de enunciação coletiva, preocupação constante a toda trajetória institucionalista.

Entretanto, a formulação toda da esquizoanálise consiste em não apenas propor uma outra concepção de inconsciente e subjetividade; mas, também, em propor outras formas de operar com eles. Se tudo é produção, maquinações do desejo, institucionalizar os métodos de intervenção na subjetividade em uma ou outra técnica não faria qualquer sentido. Injetar produção naquilo que aparece já como produto é o mote da intervenção esquizoanalítica: “Penso que se deva chegar a produzir um processo que surja do que chamei *dispositivos de enunciação analíticos*” (GUATTARI, 1987b: 11).

Tais dispositivos, enquanto compreendidos eles próprios como produção, não podem propor-se a revelar algum segredo dos recônditos da alma – que já sabemos não existir –, tampouco podem apontar uma verdade estática e, muito menos, restringir-se à alçada de algum especialista mágico que a detenha. Ampliar o coeficiente de transversalidade de um grupo, abrindo as “viseiras” que lhe cegam o olhar à multiplicidade, é a tarefa analítica que, nesta concepção, cabe a qualquer componente ou coisa que se constitua em analisador: “Deveria definir-se um protocolo de análise pragmático específico para cada situação. Trata-se de determinar, no seio de cada dispositivo, quais são os componentes operatórios” (GUATTARI, 1987b: 111).

A esquizoanálise já parte da concepção de instituição como rede invisível, ordem invisível das/nas relações, e reconhece o capital como a maior instituição que nos alicerça nesta dada organização social/produção subjetiva. Seguindo sua trajetória mutante, o que a esquizoanálise quer é justamente corromper a noção tanto de que somos fruto das instituições – ou de uma instituição edipiana fundante – quanto de que somos somente produtores destas, uma vez que problematiza a própria noção de produção, como vimos anteriormente. São os processos de subjetivação que precisam ser analisados enquanto uma forma de reapropriação coletiva das questões da economia social do desejo.

Em uma posição crítica a esta corrente, Robert Castel, em *O psicanalismo* (1978) – outro representativo trabalho do refluxo pós-68 e da maré de contrapontos despertados pela publicação do *Anti-Édipo* –, considera a crítica de Deleuze e Guattari ainda um tanto presa à experiência clínica, plano por excelência da técnica psicanalítica. Nesta medida, pergunta-se o autor, até que ponto a

cartografia-filosofia que eles propõem não se limita a “uma reversão interna que faz da máquina analítica uma peça indispensável do aparelho revolucionário?” (CASTEL, 1978: 233).

De tantas proposições e oposições vistas, o que parece, ao final, ainda poder contemplar o projeto analítico dessas indisciplinadas disciplinas do desejo é mesmo o intuito de praticarem alguma forma nova de análise. Como dito no início, seria por demais empobrecedor sintetizar tantas variantes históricas e metodológicas em um resultado polarizado entre a Psicossociologia-sociológica, de Lourau e Lapassade, de um lado; e a Cartografia-filosófica, de Deleuze e Guattari, de outro.

Barembliitt (1994) também esclarece este problema, ao afirmar:

O que o institucionalismo faz com todas essas influências é muito difícil de sistematizar, porque o institucionalismo não é uma teoria, mas muitas, e o que elas têm em comum são as características já apontadas [...] às quais podemos acrescentar uma crítica do conceito de Verdade e, em segundo lugar, o problema do Poder – seja dos micro e macro poderes –, do poder econômico, político, seja do poder como uma questão do domínio ou da capacidade de fazer. (p. 114).

Ainda que acrescentemos os ingredientes de questionamento da *verdade* e do *poder* às nossas tarefas analíticas, como sugerido por Coimbra, a *capacidade de poder fazer* parece manter-se sob ameaça perene de encarceramento, de institucionalização, pelo que vimos ocorrer em tantas das tentativas acima abordadas. Avançarmos na elaboração de uma nova tarefa analítica convoca, portanto, novos esforços de compreensão desses processos de sedimentação desejante nos campos cristalizados das instituições.

Tomemos, antes de seguir adiante, o alerta de alguém que, muito distante de qualquer intenção analítica, parece ter conhecido bem de perto o “peso” das estratégias institucionalizantes que se abatem sobre aqueles que se dispõem a algo novo: “Matar o elefante é fácil. Difícil é arrastar o cadáver!” (Michail Gorbachev)

QUADROS COMPARATIVOS DE CONCEITOS-CHAVE DAS PRINCIPAIS CORRENTES DO INSTITUCIONALISMO FRANCÊS

CORRENTES	DATAS, AUTORES E OBRAS MARCANTES	CONCEPÇÃO DE INSTITUIÇÃO	DESEJO/INCONSCIENTE	TAREFA ANALÍTICA	INSTRUMENTOS/TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO
PSICOSSOCIOLOGIA 1ª FASE: Psicologia dos Pequenos Grupos 2ª FASE: Psicossociologia Institucional	DÉCADA DE 30 Teóricos motivacionais: Maslow, Herzberg, Elton Mayo * experiência General Electric Psicologia Social norte-americana: Kurt Lewin, Moreno, Rogers	Jurídica = estabelecimentos Organizações de trabalho, compreendidas como espaço físico, no qual se agrupam os coletivos a serem trabalhados.	O inconsciente ainda não é considerado pertinente ao estudo dos fenômenos grupais e organizacionais, mas uma dimensão psicológica, geralmente sob a denominação de "fator humano", aparece revelada pela via comportamental (motivação, capacidade produtiva, conflitos interpessoais).	Funcionar como agentes de facilitação e catalização dos fenômenos, mediante a tomada de consciência, facilitadores da comunicação, desveladores da dimensão sócio-emocional dos problemas técnicos – "terapia social".	INTRUMENTOS DIAGNÓSTICOS - Testes psicométricos - Levantamentos estatísticos - Escalas de atitude - Círculos de habilidades - Sociogramas (substituem organogramas) - Análises de conteúdo - Entrevistas não-diretivas (moldes rogerianos)
	ENTRE 1949-1965 Grupo e Revista <i>Socialismo e barbárie</i> , dirigidos por Castoriadis, contam com a participação de Lefort e Lyotard, entre outros, e são o foco de resistência ao burocratismo do PCF. 1955 Expedição de psicossociólogos franceses traz dos EUA a técnica do T Group, que será debatido e criticado em número especial do <i>Bulletin de Psychologie</i> , de 1959. DÉCADA DE 60 Lobrot, Lourau, Lapassade e outros reeditam os princípios dos precursores, sob a denominação Psicossociologia Institucional	A Instituição é "grupo dos grupos". Orientada por uma visão funcionalista da Sociologia das Organizações.	Moreno tenta definir inconsciente social – "co-inconsciente". O desejo é sobredeterminado pelas condições históricas, fundamentalmente de classe social.	Tarefa Reformista ("anti-operária"?). Permitir a palavra àqueles que não utilizam na vida cotidiana, em busca da mudança ou administração de crises organizacionais (disfunções), para o "bom" funcionamento dos grupos (integrados e coesos sob liderança democrática).	INSTRUMENTOS DA INTERVENÇÃO PROPRIAMENTE (FEED-BACK) - Reuniões-discussões (práticas de counseling) para articular e debater os resultados das pesquisas de opinião (acima) - Grupos (principal dispositivo) modelo T Group (de formação, ou grupo de encontro) - Psicodrama/Sociograma

CORRENTES	DATAS, AUTORES E OBRAS MARCANTES	CONCEPÇÃO DE INSTITUIÇÃO	DESEJO/INCONSCIENTE	TAREFA ANALÍTICA	INSTRUMENTOS/TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO
PSICOTERAPIA INSTITUCIONAL	2ª GUERRA MUNDIAL François Tosquelles e Jean Oury (experiência de St. Alban) 1949 Publicação de <i>A psicanálise: uma ideologia reacionária</i> 1952 1ª denominação da corrente por Daumezon 1953 Jean Oury funda a Clínica La Borde. Participação de vários institucionalistas nos Seminários de Jacques Lacan, em Saint Anne. 1962 Félix Guattari publica <i>Psicoterapia institucional</i> (define grupo-sujeito x grupo-sujeitado) 1964 Félix Guattari publica <i>A transferência e a transversalidade</i> 1965 Fundação da Sociedade de Psicoterapia Institucional (SPI)	1º MOMENTO Concepção Jurídica: Instituições = estabelecimentos de cuidado à doença mental 2º MOMENTO Compreensão mais sociológica das instituições, como formas sociais de reprodução das relações, leva ao conceito de "Instituições-dispositivos": técnicas de mudança para produzir questionamento dos estabelecimentos, enfocando a dimensão inconsciente do estabelecimento.	Concepção de inconsciente já marcada pelo micro-socialismo: alienação mental é relacionada à alienação social: "a fantasmática inconsciente percorre o estabelecimento psiquiátrico" (Coimbra, 1995, p. 55). Desejo é um movimento de fuga ao instituído, é expressão da singularidade em contraposição à homogeneidade capitalística. Inconsciente é o lugar dos investimentos do desejo e da produção de instituições. (Barros, 1994, p. 346)	Possibilitar, estimular a participação ativa dos doentes mentais em seus tratamentos através da auto-gestão dos estabelecimentos destinados aos seus cuidados, destruindo-os enquanto instituições totais. Introduzir, acionar, transformar determinados dispositivos nos estabelecimentos de "cuidado", para que o processo desinstitucionalizante/tera-pêutico possa emergir através da escuta da loucura.	- Hospitais abertos - Comunidades terapêuticas - Assembléias - Grupos operativos - Clubes intra-hospitalares - Cooperativas

CORRENTES	DATAS, AUTORES E OBRAS MARCANTES	CONCEPÇÃO DE INSTITUIÇÃO	DESEJO/INCONSCIENTE	TAREFA ANALÍTICA	INSTRUMENTOS/TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO
PEDAGOGIA INSTITUCIONAL	1924 Movimento Freinet 1955 Conferência de Bandung – países não alinhados 1961 Grupo de Técnicas Educativas (GTE) 1963 Lapassade publica <i>A entrada na vida</i> 1964 GET - Grupo de Educação Terapêutica (F. Oury e Vasquez) x GPI - Grupo de Pedagogia Institucional (Lobrot, Lourau e Fonvieille)	Instituições são regras que funcionam como leis da classe, aquilo que se institui no trabalho pedagógico (papéis, lugares, estatutos ou rituais). Visão sociológica das instituições que, mesmo reconhecidas em sua dimensão inconsciente, se apresentam presas à noção de mediadoras da relação Indivíduo-Sociedade (uma espécie de 3ª unidade).	Concepção psicossociológica da subjetividade, vista como “Redes de Poder” que regem as relações sociais.	VERTENTE SÓCIO-ANALÍTICA Conscientização das coações institucionais de aprendizagem, para que o grupo-classe enuncie coletivamente suas questões e institua sua própria organização – a exemplo da reivindicação marxista de gestão da produção pelos próprios operários. VERTENTE TERAPÊUTICA As missões sociais de curar e educar (ou de curar educando) são análogas; estimular a atividade instituinte, criadora de professores e alunos.	- Metodologia de pesquisa-ação: intervenção microssociológica - Dinâmica de Grupo; Grupos de Formação (T Group) - Técnicas não-diretivas (rogerianas) - Conselho Cooperativo ⇒ Conselhos de Classe

CORRENTES	DATAS, AUTORES E OBRAS MARCANTES	CONCEPÇÃO DE INSTITUIÇÃO	DESEJO/INCONSCIENTE	TAREFA ANALÍTICA	INSTRUMENTOS/TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO
ANÁLISE INSTITUCIONAL	1958 Bockstaele inventa e difunde, na França, o termo <i>sócio-análise</i>. 1960-62 Lapassade critica o T Group e formula a Análise Institucional – A. I. 1964 Guattari introduz a expressão <i>Análise Institucional</i> 1966 FGERI (Federação dos Grupos de Estudo e Pesquisa Institucionais) congrega a associação dos institucionalistas, acima citados, com arquitetos, urbanistas, estudantes da BAPU (Departamento de Ajuda Psicológica aos Estudantes) Maud Mannoni, Laing e Lacan editam o nº 1ª da revista <i>Reserches</i>. Lapassade publica <i>Grupos, organizações e instituições</i>. 1969 Lourau publica <i>A análise institucional</i>, tese orientada por H. Lefebvre – nascimento oficial da sócio-análise. 1971 Lourau e Lapassade publicam <i>Para um conhecimento da sociologia</i>.	“O terceiro nível, nível do Estado, que faz a Lei, que confere às instituições força de lei, o que institui, está do lado do Estado, no topo do Sistema” (...) por “produção e reprodução das relações sociais dominantes tanto nos pequenos grupos quanto na estrutura das organizações”. (Lapassade, 1969, p. 14) “Não é propriamente falando, um nível ou uma instância da intervenção [...] A instituição deve ser entendida, ao contrário, como um nível, um corte que atravessa todos os demais.” (Lapassade, 1977, p. 70-71)	“A universalidade do complexo de Édipo significa que, naquilo que cada indivíduo vive, está presente a estrutura universal da instituição parentesco. O nosso inconsciente é instituído”. (Lapassade, 1983, p. 195) Inconsciente instituído e estruturado pela linguagem. (Lacan)	“Liberar a ‘palavra plena’, a palavra social não reprimida, anterior à instituição da língua.” (Lourau, 1975, p. 255) O analista deve contribuir para a desobstrução e desvelamento das diferentes instituições que nos atravessam.	Forma de Intervenção: sócio-análise instrumentada tecnicamente através da assembléia geral sócio-analítica (AGS). Criticam o pequeno grupo como técnica que tende a reproduzir aspectos intimistas e privatizantes da subjetividade. Análise de Implicação da equipe interventora ao longo de todo processo de intervenção “Crisanálise” ou encontro institucional – instituir crises no estabelecimento-cliente, para favorecer a manifestação do nível institucional oculto – e técnicas da bioenergia na intervenção sócio-analítica.

CORRENTES	DATAS, AUTORES E OBRAS MARCANTES	CONCEPÇÃO DE INSTITUIÇÃO	DESEJO/INCONSCIENTE	TAREFA ANALÍTICA	INSTRUMENTOS/TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO
ESQUIZOANÁLISE	1968 “A grande ruptura”: movimento revolucionário – maio de 68 1972 Deleuze e Guattari publicam o <i>Anti-Édipo</i>, criticado por Castel em <i>O psicanalismo</i>.	Trama, fio invisível que constitui o tecido social e está em todas as instâncias (como na A. I.). Corrompe a noção tanto de que somos fruto das instituições – ou de uma instituição edipiana fundante – quanto de que somos somente produtores destas. Reconhece o capital como a maior instituição que nos alicerça nesta dada organização social / produção subjetiva.	“O inconsciente desconhece a propriedade privada dos enunciados tanto quanto a do desejo. O desejo é sempre extraterritorial, desterritorializado, desterritorializante, ele passa por cima e por baixo de todas as barreiras” (Guattari, 1981, p. 82). “Inconsciente é, antes de mais nada, um agenciamento social.” (Guattari, 1987, p. 81) “O desejo faz constantemente a ligação de fluxos contínuos e de objetos parciais essencialmente fragmentários e fragmentados.” (Deleuze; Guattari, [s. d.], p. 11)	Ampliar o coeficiente de transversalidade de um grupo, superando os impasses da pura verticalidade e horizontalidade – “abrir as viseiras” que cegam o olhar à multiplicidade. São os processos de subjetivação que precisam ser analisados enquanto uma forma de reapropriação coletiva das questões da economia social do desejo.	Analísadores/dispositivos, que permitam aos grupos superarem uma condição de sujeitos para constituírem-se como “grupos-sujeito”.

Referências Bibliográficas:

- ARDOINO, Jacques. La intervención: imaginario del cambio o cambio de lo imaginario. In: GUATTARI, F. et alii. *La Intervención Institucional*. México: Plaza y Valdes, 1987, p. 13-42.
- BAREMBLITT, G. *Cinco lições sobre transferência*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- _____. *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.
- BARROS, Regina. *Grupo: a afirmação de um simulacro*. Tese. (Doutorado em Psicologia Clínica) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 1994a.
- _____. Grupo e produção. *SaúdeLoucura*. n. 4.,1994b, p. 145-154.
- BARROS, R.; PASSOS, E. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. *Psicologia: teoria e pesquisa*. Brasília, v. 16, n. 1, p. 71-79, jan. 2000.
- BAULEO, A. Psicologia social y grupos. In: BAULEO, A. *Constratituicion y Grupos*. Madrid: Fundamentos, 1977.
- CASTEL, R. *O psicanalismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- COIMBRA, C. M. B. *Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas "psi" do Brasil do "milagre"*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1995a.
- _____. Os caminhos de Lapassade e da Análise Institucional: uma empresa possível? *Revista do Departamento de Psicologia*. Niterói: Departamento de Psicologia da UFF, v. 7, n. 1, p. 52-80, jan. 1995b.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *O que é filosofia?* São Paulo: 34, 1972.
- _____. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- _____. Instinto e instituições. In: ESCOBAR, Carlos Henrique de. *Dossier Deleuze*. Rio de Janeiro: Holon, 1991.
- DUBOST, Jean; LÉVY, André. El análisis social. In: GUATTARI, F. et alii. *La Intervención Institucional*. México: Plaza y Valdes, 1987, p. 45-90.
- FREUD, S. Psicologia das massas e análise do ego (1920-1921). In: *Obras completas*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. v. 3.
- _____. Mal-estar en la cultura. (1929). In: *Obras completas*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. v. 3.
- GALLIO, G.; CONSTANTINO, M. François Tosquelles: a escola da liberdade. *SaúdeLoucura*, n. 4.,1994, p. 109-119.
- GUATTARI, F. Introdução à Psicoterapia Institucional. In: ESCOBAR, Carlos Henrique. (Org.). *As instituições e os discursos*. Rio de Janeiro: Taurus, 1974.
- _____. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1987a.
- _____. Entrevista. In: GUATTARI, F. et alii. *La Intervención Institucional*. México: Plaza y Valdes, 1987b, p. 95-122.
- GUATTARI, F. e DELEUZE, G. *O anti-édipo*. Lisboa: Assírio e Alvim, [s. d.].
- GUATTARI, F.e ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

- KAËS, René et alii. *A instituição e as instituições: estudos psicanalíticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991.
- LAPASSADE, Georges. El encuentro institucional. In: LOURAU, R. et alii. *Análisis Institucional y Socioanálisis*. México: Nueva Imagem, 1977.
- _____. *Grupos, organizações e instituições*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- _____. La intervención en las instituciones de educación y de formación. In: GUATTARI, F. et alii. *La Intervención Institucional*. México: Plaza y Valdes, 1987, p. 125-167.
- LAPASSADE, G.; LOURAU, R. *Para um conhecimento da sociologia*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1971.
- LOURAU, R. *Le journal de reserche*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1988.
- _____. *A análise institucional*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____. A educação libertária. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria.; MANCEBO, Deise (Orgs.). *Psicologia social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.
- LOURAU, R. et alii. *Análisis Institucional y Socioanálisis*. México: Nueva Imagem, 1977a.
- LOURAU, R. et alii. *El análisis institucional*. Madrid: Campo Abierto, 1977b.
- MEZAN, R. Freud, pensador da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- OURY, F. e VASQUEZ, A. *Vers une Pédagogie Institutionnelle*. Paris: Maspero, 1982.
- RODRIGUES, H.B.C. À beira da brecha: uma história da Análise Institucional francesa nos anos 60. Em Amarante, P. (org.) *Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. p. 195-256.
- RODRIGUES, H.B.C. e BARROS, R.D.B. *História do movimento institucionalista*. Rio de Janeiro, 1986. (mimeo.).
- RODRIGUES, H.B.C.; DUARTE, M.G.S.; FERNANDES, P.J. *Georges Lapassade no Brasil, 1972: Um acrobata no circo da ditadura militar*. [s. d.]. (mimeo.).
- TAYLOR, Stanley. *Conceptions of Institutions and the theory of Knowledge*. New York: Transaction Books, 1956.
- VIDAL, Jean-Pierre. O familialismo na abordagem analítica da instituição. In: KAES, René et alii. *A instituição e as instituições: estudos psicanalíticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991, p. 153-169.
- ZANIECKI, S. Organisations sociales et institutions In: GURVITCH, G. *La Sociologie au XX siècle*. Paris: PUF, 1947.

Simone Mainieri Paulon.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
E-mail: simone.paulon@ufrgs.br

¹ Duas diferentes análises do histórico do conceito de instituição podem ser encontradas em Zaniecki (1947) e Taylor (1956). Como referências mais recentes e em português, temos as obras, já consideradas clássicas na corrente francesa institucionalista, de Lapassade (1983) e de Lourau (1995). Em sua obra *A análise institucional*, Lourau dedica três dos capítulos iniciais a um meticuloso estudo de cada uma das grandes escolas de pensamento que já se ocuparam em desenvolver o conceito de instituição. No Brasil, cabe também referir os trabalhos de Coimbra (1995a e 1995b) e de Barros (1994a).

² Um diagrama, como assinala Deleuze (1988), aponta as várias linhas de força, a diversidade de intensidades e as lutas de cada época que estabelecem a delimitação de um dado campo de saber-poder. A sucessão de lutas que conduz a um diagrama e o articula a outros só pode ser percebida à luz do dispositivo saber-poder identificado por Foucault. Os campos de saber relativos ao conceito de instituição mapearam domínios de poder distintos, fundados por linhas teóricas e correntes político-ideológicas resultantes das relações de força de cada época.

³ Segundo Mezan (1990), “com este livro opera-se a passagem da psicologia individual para o domínio das relações sociais propriamente ditas: eis aí o germe dos estudos mais amplos de Freud”(p. 137).

⁴ “Os quadros sociais não estão ‘prontos’, não existem de uma vez por todas, mas são produzidos pela prática social dos homens, e é pela referência a uma outra instância, *o inconsciente*, que se pode compreender as homologias (diferenças e contradições) entre representações mentais e representações coletivas” (LÉVI-STRAUSS *apud* LOURAU, 1995: 128, destaque em *itálico* nosso).

⁵ O termo *Movimento* é utilizado para fazer referência ao conjunto de práticas voltadas para promover a auto-análise e auto-gestão dos coletivos - na compreensão de intervenção institucional proposta pelo institucionalismo -, já que engloba diversas disciplinas, ciências e orientações teóricas que aspiram a manter-se em constante movimento, sem se identificarem, especificamente, com um saber instituído, com o que geralmente se denomina “Escola” ou “Corrente”. Barembliitt (1992) discorre sobre esta terminologia.

⁶ Eles também serão sintetizadas nos quadros, com as principais correntes do institucionalismo, que encerram este artigo.

⁷ O Plano Marshall, que promoveu o envio de jovens europeus aos EUA em missão de aprendizagem das novas formas de gestão empresarial, nos anos 50, representou a mais efetiva cooperação neste sentido.

⁸ Dubost e Lévy (1987) comentam que o caráter mais comportamental das primeiras décadas de intervenção institucional tinha como principal clientela os meios industriais. Na medida em que a intervenção foi tomando um caráter mais psicanalítico, a demanda se estendeu às associações, hospitais psiquiátricos, movimentos educativos e religiosos, diminuindo consideravelmente nos meios empresariais.

⁹ Celestin Freinet foi um importante crítico da pedagogia moderna das primeiras décadas do século XX, na França, chegando a ser inspirador de várias reformas do ensino estatal de seu país. Nos anos 1930, foi forçado a fundar sua própria escola (Instituto Cooperativo da Escola Moderna – ICEM) em decorrência de sua expulsão do ensino público, bem como do Partido Comunista, mas se manteve como referência para várias gerações de educadores, com suas idéias de “aulas-exploração”, que criticavam o teorismo dos bancos escolares.

¹⁰ G. Barembliitt (1991) cita, também, entre as origens histórico-sociais do institucionalismo, experiências autogestivas anteriores como a Comuna de 1871, a Guerra Civil Espanhola de 1936 (com forte influência, devido à experiência terapêutica desenvolvida por um enfermeiro basco, também em hospital psiquiátrico), bem como os movimentos revolucionários da Argélia e Iugoslávia, e, na América Latina, os “Quilombos” brasileiros ou os “Comuneros” paraguaios.

¹¹ Data de publicação do artigo de G. Daumézon e P. Koechlin, nos Anais Portugueses de Psiquiatria, contendo a primeira referência ao termo.

¹² Detalhamentos das diferenças e semelhanças existentes entre as propostas da antipsiquiatria italiana e a pedagogia institucional de Tosquelles podem ser consultados em Gallio e Constantino (1994).

¹³ *Bandung*: cidade da Indonésia onde se realizou a conferência que reuniu, no ano de 1955, os países que pretendiam, em meio à Guerra Fria, definir-se como não-alinhados.

¹⁴ O nome desta tendência sindical da esquerda estudantil corresponde à denominação que o próprio grupo se atribuiu na época, antes mesmo da realização de um seminário de formação em coordenação de grupos dirigido aos dirigentes e organizado por Lapassade em 1962.

¹⁵ No artigo “La intervención en las instituciones de educación y de formación”, Lapassade (1987) desmembra tecnicamente a intervenção (de caráter breve – três jornadas –, em regime de imersão, reunindo todos os membros do estabelecimento contratante mais analistas para procederem a uma análise coletiva à luz dos fenômenos sociais), comparando-a minuciosamente à metodologia do *T Group* (10-15 pessoas, reunidas por aproximadamente 30 horas com animador ou monitor que facilita a aprendizagem cooperativa, semelhante aos grupos de encontro rogerianos).